

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

REQUERENTE: EMPRESA RECRIAR SERVIÇOS EIRELI (CNPJ:27.362.580/0001-13)

PROCESSO LICITATÓRIO nº 264/2022

PREGÃO PRESENCIAL nº 053/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de capina, remoção de entulhos, manutenção e limpeza das vias urbanas incluindo fornecimento de ferramentas necessárias à execução dos serviços em atendimento à Secretaria de Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Cataguases/MG.

Aos 20 (vinte) dias do mês de dezembro de 2022, às 15h56, foi recebida via e-mail peça Impugnatória do processo em epígrafe, sob a qual passo a me posicionar nos seguintes termos:

I - DA TEMPESTIVIDADE:

Inicialmente salientamos que tal manifestação é TEMPESTIVA, por preencher os requisitos constantes do item 4.5 do Edital em epígrafe.

II - DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Assim, reforço o disposto do Edital para o certame:

A ora Impugnante alega estar ausente no edital como exigência para apresentação no certame a Planilha de composição de custos, o registro da pessoa jurídica no CREA e do balanço patrimonial da empresa.

Assim, trazemos:

II.1. Ao que se refere a obrigatoriedade de apresentação de exigência de Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica - CREA e Atestado de Capacidade técnica registrados no CREA, a empresa alega que são documentos obrigatórios de acordo com a resolução nº 1.121/2019 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) em seu artigo 3º.

O termo de referência em sua descrição de atividades foi revisado e alterado esclarecendo pelo Secretário de Serviços Urbanos, Sr. Carlos Henrique Pires Júnior, em consonância com o parecer jurídico, que tais atividades exigidas não são obrigatórias ao registro no Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

A comprovação da veracidade das informações prestadas na declaração poderá ser realizada pela Secretaria Promotora do certame licitatório, mediante iniciativa de averiguação pela Administração Pública Municipal, pelos demais licitantes e/ou terceiros interessados.



No caso do Atestado Operacional não há necessidade de chancela do CREA/CONFEA, quando em procedimento licitatório, exige-se comprovação, em nome da empresa não está violando o Art.30,§1º, II, *caput* da Lei Federal 8.666/93 e suas modificações.

É de vital importância, no trato da coisa pública, a permanência perseguição ao binômio qualidade eficiência, objetivando, não só garantir a segurança jurídica do contrato, mais também a consideração de certos fatores que integram a finalidade das licitações, máxime em se tratando daqueles de grande complexidade e de vulto financeiro tamanho que imponha ao administrativo a lei mas com dispositivos que busquem resguardar a administração de aventureira ou de licitantes de competência estrutural, administrativa e organização duvidosa.

Ressaltados que a solicitação de atestados visa garantir o interesse público para que os recursos sejam empregados de forma eficiente, na certeza da capacidade da contratada e concluir os serviços, não ferindo o princípio da ampla concorrência, uma vez que não restringe o caráter competitivo do certame.

II.2: quanto a não apresentação da Planilha de composição de custos e do balanço patrimonial da empresa licitante

Observa-se o texto trazido pelo art.31 da Lei 8.666/93: aborda de forma relativa, facultando a Administração Pública poder exigir

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

No que diz respeito à qualificação econômico-financeira, ou seja, a demonstração da boa saúde financeira da licitante, as interessadas em contratar com a Administração deverão apresentar: (a) seu **balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**; (b) **certidão negativa de falência e concordata**; (c) e/ou uma das **garantias previstas**



no art. 56 da Lei nº 8.666/1993, que pode ser uma caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária.

O edital poderá discricionariamente prever uma das três exigências isoladamente, duas delas ou todas elas.

Portanto, a Administração deve exigir dos participantes somente o que for realmente necessário para a adequada execução dos serviços desde que respeitados os interesses administrativos e a segurança da futura contratação, a fim de selecionar dentre as licitantes, a proposta que lhe melhor aprouver, tendo em vista principalmente o interesse público e as exigências legais ao feito.

III - DA CONCLUSÃO:

Diante do exposto, entendemos improcedentes as alegações apresentadas.

O edital encontra-se retificado diante da solicitação da secretaria responsável e republicado com uma nova data de abertura.

A presente decisão será comunicada ao impugnante.

Cataguases, 26 de dezembro de 2022.

Neimar Garcia de Oliveira

Pregoeiro